



RELATÓRIO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL – VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS

COMARCA	SANTARÉM
UNIDADE INSPECIONADA	4ª Vara de Cível e Empresarial
COMPETÊNCIA DA UNIDADE	Cível por Distribuição e Privativa de Recuperação Judicial
DATA DE INSPEÇÃO/EDITAL	21/11/2023
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO NA UNIDADE	Ângelo Marcelo Curbani / Marcos Eduardo Athias Rodrigues
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO DA CGJ	Eliana Conceição Vasques da Silva Pereira Mat-2497-0

Foto1- Faixada do Fórum de Santarém



Foto2- Abertura da Inspeção



1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE (Dados Funcionais e Administrativos):

1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Cosme Ferreira Neto

1.2. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 03 (três) meses:

- a. Férias: Não houve
- b. Folgas compensatórias: 11 dias
- c. Licenças: Não houve

1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão que houve atuação do(a) magistrado(a)?

O período de plantão do magistrado foi de 20,21 e 22 de outubro de 2023.

Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:

- Durante a inspeção, a equipe de servidores da unidade foi **orientada a fazer a verificação no perfil de plantão judicial da comarca de Santarém quanto a existência de autos arquivados por ordem do magistrado**, bem como quanto a encaminhar os autos à Vara de originária (para qual o processo foi inicialmente distribuído no PJe) após o plantão, não sendo permitido redistribuir, arquivar ou remeter ao segundo grau em sede de plantão judicial.
- Ainda sobre o plantão na comarca de Ananindeua, tendo em vista ser híbrido (cível e criminal), a Unidade foi orientada a **expedir os mandados de prisão diretamente no BNMP**, devendo a equipe responsável, ao final do plantão, providenciar a migração das peças ao Juízo competente (**modificação da competência - página 16 do Manual do BNMP**).

1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

Nenhum expediente pendente.

1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?

A equipe informou que em 11/11/2023 ocorreu a última reunião com o magistrado.

Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:

- Foi falado sobre a importância da interação da equipe com o juiz para a elaboração, acompanhamento e avaliação periódica de um plano de ação, com foco, sobretudo, no cumprimento das metas nacionais.

1.6. A(o) magistrado(a) observa a Resolução nº6 de abril de 2023 que determinou o retorno às atividades presenciais a todos os integrantes do Poder Judiciário do Estado do Pará? Caso encontre-se serviço remoto indicar o nº do expediente que autorizou a modalidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Sim.

1.7. A(o) magistrada(o) observa a Resolução nº 21, de 23 de novembro de 2022, que regulamenta o cumprimento digital de ato processual e de ordem judicial no âmbito do Poder Judiciário do Pará, com a alteração no texto do art. 4º determinada na Resolução 6. /2023?

Sim.

2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:

2.1. Quadro de pessoal:

2.1.1 Gabinete /Fora do Gabinete

Vínculo do(a) servidor(a)	Informação	Inspeção
Efetivos (as)	3	3
Exclusivamente comissionados(as)	0	0
Cedidos(as)/Requisitados(as)	0	0
Estagiários/as	03	03

Observação: um estagiário é voluntário.

Figura1 – Lotação do Pessoal na Vara

Opções de pesquisa:
 Nome Local de trabalho Comarca do estado

Informe local de trabalho para pesquisa: Sant santos santo

4ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Santarem

SubÁrea Comarcas do Interior
 Lotação 4ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Santarem
 Gestor(a) Maria Madalena Rodrigues Lopes
 Localização FORUM DES. ERNESTO ADOLFO DE V. CHAVES
 Telefones (93) 3064-9200
 E-mail Institucional
 Juiz Titular Cosme Ferreira Neto

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Ana Beatriz Farias da Silva	Estagiário	Estagiário	Normal
Cosme Ferreira Neto	Magistrados		Férias: 07/11/2023 - 21/11/2023 - Dia(s): 15.
Enzo Lucca Oliveira Miranda	Estagiário	Estagiário	Normal
Marcos Eduardo Athias Rodrigues	Efetivo	Analista Judiciário	Normal
Sebastiao Jose Fernandes Soares Filho	Efetivo	Analista Judiciário	Normal

Figura2 – Lotação do Pessoal da Gabinete

Opções de pesquisa:
 Nome Local de trabalho Comarca do estado

Informe local de trabalho para pesquisa: Gabinete da 4ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Santarem

SubÁrea Comarcas do Interior
 Lotação Gabinete da 4ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Santarem
 Localização FORUM DES. ERNESTO ADOLFO DE V. CHAVES
 Telefones (93) 3064-9200
 E-mail Institucional

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Andreza Maria Batista Guimaraes	Estagiário	Estagiário	Normal
Angelo Marcelo Curbani	Efetivo	Analista Judiciário	Normal



2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Nenhum.

2.3. Como é feito controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

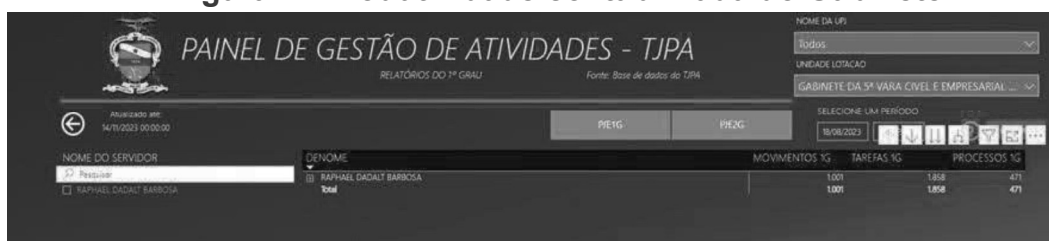
O controle é via IEJUD.

Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:

Figura3 – Produtividade contabilizada da Vara



Figura4 – Produtividade contabilizada do Gabinete



- Ressaltar **pontos positivos**: integração, engajamento e motivação dos servidores e magistrado, se apresentaram-se solícitos e dispostos a realizar adaptações para melhorar o desempenho da unidade etc);
- Identificar **Pontos negativos** que necessitam melhorar, verificou-se que a falta de distribuição de metas **pré-definidas, um planejamento das tarefas a serem executadas pelos servidores em regime de trabalho presencial (Vara não apresentou Plano de Ação de 2023)**. Uma vez que não há clareza das atribuições, torna-se mais difícil planejar os afazeres diários, o que acarreta prejuízo ao desempenho dos servidores).

Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:

- **RECOMENDA-SE** aos gestores que estabeleçam metas a serem alcançadas pelos servidores em regime presencial, com base no plano de ação da unidade e divisão de tarefas de acordo com o fluxo do PJe, a fim de que cada servidor tenha clareza das atividades que irá realizar;
- **Realizem o monitoramento da produtividade dos servidores através do**



Painel de Gestão de Atividades e do Plano de Ação, fazendo a checagem quanto ao cumprimento das metas e tarefas no PJE por cada servidor, a fim de garantir efetiva execução do plano.

2.4. Como é feito o acompanhamento dos resultados a partir das metas fixadas no plano de ação para 2023?

Via IEJUD e PJe. **A Unidade não apresentou o Plano de ação de 2023.**

Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:

Sobre o Plano de trabalho de 2024:

- A unidade foi orientada a elaborar o Plano de Ação para 2024, que deverá ser apresentado na correição ordinária do próximo exercício, até 15 de fevereiro de 2024;
- Deverá constar coluna específica para o monitoramento e avaliação periódica do plano, visando sua readequação, caso necessário, bem espaço para anotação das intercorrências havidas no período (ex. férias do magistrado, servidores, licenças etc).
- Foi esclarecido que a unidade pode buscar apoio do Departamento de Gestão e Estatística – DPGE para elaboração do Plano;
- No plano deve, sempre que possível, prevalecer a individualização de tarefas entre a equipe, incluindo o magistrado, atentando para o aproveitamento da melhor habilidade de cada servidor.
- O Plano deve considerar o cumprimento das principais metas (Metas 1; Meta2 e diminuição de percentuais (0%) do prazo de paralisação dos processos);
- A descrição do plano deve, entre outros objetivos, configurar orientação de gestão no desenvolvimento dos trabalhos, a fim de promover agilidade de análise dos processos.

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?

Houve e foram atendidas com a reforma e readequação do gabinete.

4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

*Data de coleta de dados pela Unidade: 16/11/2023.

Dados processuais	Extração dos	Data Inspeção
-------------------	--------------	---------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

	dados	
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	1.917	2.075
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente.	116	153
Total do acervo com prioridade	85	85
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	9	0
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a)	565	604
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	9	11
Total de processo envolvendo prioridade legal conclusos há mais de 100 dias	0	0

Figura5 - Dados do IEJUD - Print de tela de PGJ

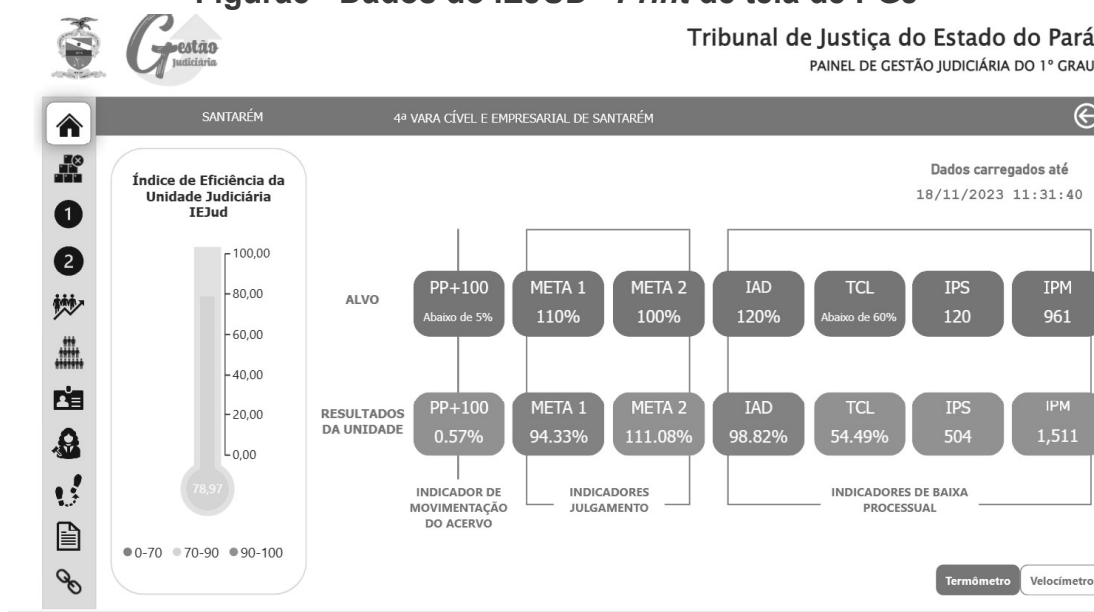


Figura6 - Acervo Ativo - Print de tela de PGJ



Figura7 - Acervo Ativo de Prioridade - Print de tela de PGJ



Figura8-Processos Suspensos - *Print* de tela de PGJ



4.2. É utilizada a ferramenta de acompanhamento de processos paralisados para evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação?

Apesar da Unidade responder que faz o acompanhamento, constatou-se que é feito mediante a lista dos 100 dias.

Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:

- Foi reforçado a equipe a necessidade da gestão dos processos paralisados, havendo orientação para ser extraída a lista do Painel de Gestão Judiciária e o controle, seja realizado por dois ou três servidores, que deverão atuar nos processos paralisados há 70/80 e 100 dias a fim de evitar a paralisação de novos processos;
- Além disso, **orienta-se realizar o gerenciamento da pauta de audiência**, evitando o alongamento por vários meses seguintes, bem como evitar a expedição de mandados com audiência designada há mais de três meses, a fim de impedir que entrem nos processos paralisados há mais de 100 dias.

4.3. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária:16/11/2023

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANT.	INSPEÇÃO
Total de processos distribuídos e redistribuídos	430	464
Total de processos julgados	382	415
Total de processos baixados definitivamente do acervo	338	456

Figura9 - Entrada de Feitos - *Print* de tela de PGJ



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



Figura10 – Processos Julgados - Print de tela de PGJ

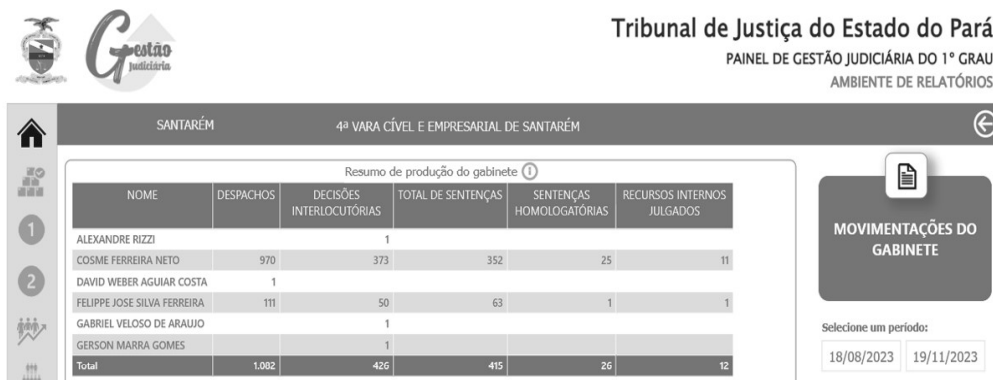


Figura11 - Processos Baixados - Print Painel do PIB



4.4. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:
*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária: 16/11/2023



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):	QUANT	Na Inspeção
Decisões	361	426
Despachos	1.101	1.082
Sentenças com resolução de mérito	342	264
Sentenças sem resolução de mérito	19	151
Audiências realizadas	245	

Figura12 - Produtividade do Magistrados Total- *Print* de tela do PGJ

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU
AMBIENTE DE RELATÓRIOS

SANTARÉM 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM

Resumo de produção do gabinete

NOME	DESPACHOS	DECISÕES INTERLOCUTORIAS	TOTAL DE SENTENÇAS	SENTENÇAS HOMOLOGATORIAS	RECURSOS INTERNOS JULGADOS
ALEXANDRE RIZZI			1		
COSME FERREIRA NETO	970	373	352	25	11
DAVID WEBER AGUIAR COSTA	1				
FELIPPE JOSE SILVA FERREIRA	111	50	63	1	1
GABRIEL VELOSO DE ARAUJO		1			
GERSON MARRA GOMES		1			
Total	1.082	426	415	26	12

Movimentações do Gabinete

Selecione um período:
18/08/2023 19/11/2023

Figura13 - Produtividade do Magistrados Sentença c/ Mérito- *Print* do PGJ

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU
AMBIENTE DE RELATÓRIOS

SANTARÉM 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM

Resumo de produção do gabinete

NOME	DESPACHOS	DECISÕES INTERLOCUTORIAS	TOTAL DE SENTENÇAS	SENTENÇAS HOMOLOGATORIAS	RECURSOS INTERNOS JULGADOS
COSME FERREIRA NETO			235	25	11
FELIPPE JOSE SILVA FERREIRA			29	1	1
Total			264	26	12

Lista de processos movimentados pelo gabinete

Nº DO PROCESSO	CÓD. CLASSE	CLASSE	
0809962520228140051	12372	DIVÓRCIO CONSENSUAL	7664 - Dissolução
08029007720198140005	99	DIVÓRCIO LITIGIOSO	7664 - Dissolução
08187468820228140051	69	Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68	5779 - Alimentos
08118668820198140051	1112	Execução de Alimentos	5779 - Alimentos
08006569520238140051	7	Procedimento Comum	5802 - Guarda
08050998920238140051	7	Procedimento Comum	5804 - Investigação de Paternidade
00104615720138140051	39	INVENTÁRIO	7687 - Inventário e Partilha
08063971920238140051	1389	Ação de Alimentos	5779 - Alimentos 6239 - Fixação

Movimentações do Gabinete

Selecione um período:
18/08/2023 19/11/2023

Processos
Todos

Tipo do Movimento
SENTENÇA C/ MÉRITO



Figura14 - Produtividade do Magistrados Sentenças s/ Mérito - *Print* do PGJ

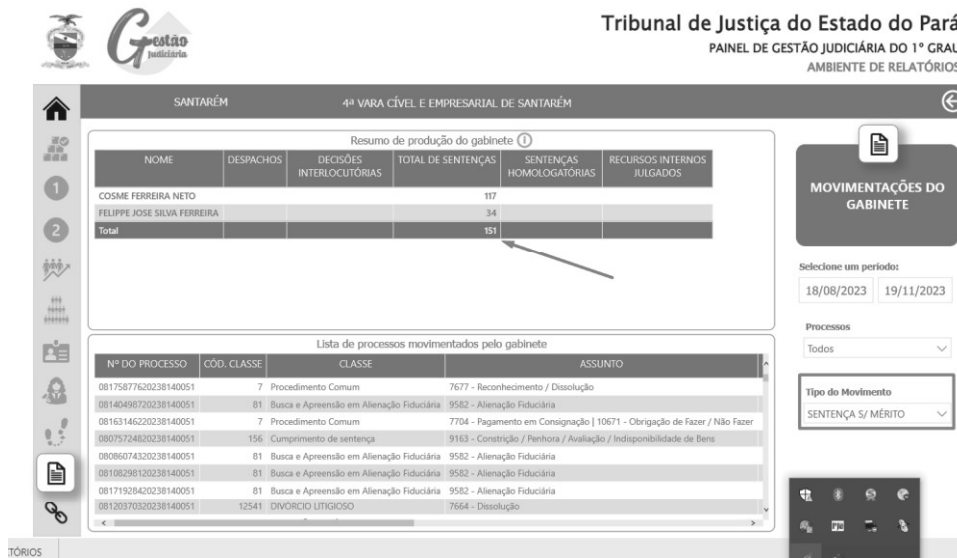


Figura15 - Ambiente de Relatório “Audiências” - *Print* do PGJ



4.5. O Quadro de produtividade é publicado no quadro de avisos do Fórum?

A unidade **não publica a produtividade** dos servidores no quadro de avisos do Fórum.

Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:

- Orienta-se a equipe quanto aos benefícios de publicar os resultados alcançados no cumprimento das metas nacionais e também produtividade mensal dos servidores, a fim de dar transparência aos jurisdicionados quanto aos processos movimentados e tarefas executadas, visando evitar reclamações de advogados, das partes e da OAB;

RECOMENDA-SE que a produtividade dos servidores, extraída do Painel de Gestão de Atividades no PGJ, seja afixada mensalmente no quadro de avisos do Fórum, com intuito de dar visibilidade aos advogados e jurisdicionados quanto aos serviços prestados.



5. METAS NACIONAIS E DIRETRIZES DO CNJ/2023:

5.1. Foram assistidos os vídeos instrucionais que constam na página institucional do TJPA (*gestão judiciária*)?

Não.

5.2. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2 Nacional 2023?

(v. *Painel de Gestão judiciária*)

A Unidade informou 88, durante a Inspeção, constatou-se que a Unidade havia cumprimento da Meta2 com 111,08% e encerrou o exercício com 11,63%.

Figura16 – Print do Painel de Metas Nacionais do CNJ- PNM



6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:

6.1. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas? (Diretriz 6 Corregedoria Nacional 2023)

13 processos de conhecimento suspensos aguardando decisão em IRDR – Banco do Brasil se declara parte ilegítima nas ações que discutem diferenças de PASEP.

6.2. Por quais ferramentas de consulta são acompanhados os julgamentos dos temas que buscam fixação de precedente obrigatório? Com que regularidade/periodicidade são feitas as consultas?

Recebimento de informativo NUGEPNAC por e-mail e WhatsApp.

6.3. De que forma Unidade alimenta e controla os dados registrados no BNMP nos termos da Resolução n. 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça? A



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Unidade observa e realiza *diligente e eficiente verificação* do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual)? – (Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).

O controle é feito pela UPJ Cível

6.4. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de desinternação observa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6º da Resolução n. 417/2021-CNJ?

Consultando o BNMP constatou-se não haver pendência.

Figura12 – Print do Sistema BNMP

O print do sistema BNMP mostra a interface de pesquisa. No topo, há o logotipo do CNJ e o nome do órgão logado: Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Abaixo, há uma barra de navegação com opções como 'Página Inicial', 'Pessoas', 'Peças', 'Relatórios', 'Dashboard' e 'Alertas'. O formulário de pesquisa contém campos para 'Data Inicial', 'Data Final', 'Órgão' (preenchido com '4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM'), 'Sexo', 'Tipo de Peça' e 'Status'. Há também uma opção para 'Buscar Órgãos Vinculados' e um botão 'Limpar'. O resultado da pesquisa é exibido em três colunas: '0 Internados' (com subcategorias: 0 Internado Provisório, 0 Internado Execução Provisória, 0 Internado Execução Definitiva), '0 Presos' (com subcategorias: 0 Preso Provisório, 0 Preso Civil, 0 Preso Condenado em Execução Provisória, 0 Preso Condenado em Execução Definitiva) e 'Outros Status:' (com subcategorias: 23 Procurado, 0 Foragido, 0 Morto, 142 Em liberdade).

6.5. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(a) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou a do Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?

Sim.

6.6. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?

A Unidade executa essas consultas no cadastro do sistema BNMP.

6.7. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, qual a periodicidade de fiscalização do funcionamento dos cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Não possui essa competência.

6.8. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, informe se o cartório de registro de pessoas naturais possui posto avançado em maternidade e casa de saúde, assim como promove o cadastramento de parteiras nas localidades distantes? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Não possui essa competência.



6.9. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, o assunto “Registro tardio” (TPU 7732) encontra-se devidamente identificado? Quantos processos com esse assunto encontram-se paralisados há mais de 100 (cem) dias? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023).

Não se aplica.

6.10. Há na unidade localidade com concentração potencial de sub registro civil? Existe programação na unidade para a realização de ações que visem erradicar o sub registro civil? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Não se aplica.

7. MANDADOS/ CENTRAL DE MANDADOS/ CARTAS PRECATÓRIAS:

7.1. Quais as modalidades de atendimento ao público no gabinete?

Atendimento presencial, pelo telefone (93)3064-9251 e pelo e-mail 4civelsantarem@tjpa.jus.br. No caso de audiências, também pelo telefone (91)99387-5770.

Observações da Corregedoria durante a inspeção:

- A equipe foi orientada, dentro do possível, a canalizar o atendimento ao público para o balcão virtual, e incentivar os advogados ao acompanhamento dos processos por meio do Sistema PJe.

7.2. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?

Observações da Corregedoria durante a inspeção:

- A que pese a informação da Unidade de não haver pendência, consultando o PJE Tarefa “Processos Migrado do Libra” verificou-se 08 processos na situação de pendente de movimentação.

7.3. Quais as etiquetas adotadas exclusivamente para o gabinete? Identificar

A Vara informou as seguintes etiquetas como exclusiva do Gabinete: SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD, Audiência, SII, SFI, S, despacho saneador, CS inicial, intimação pessoal. Informou que não trabalha com automação de etiqueta e não há etiqueta de prioridade.

Observação e Orientação da Corregedoria durante a inspeção:

- Durante a inspeção foi observado excesso de etiquetas (21 folhas), muitas dessas em desuso, em duplicidade e etiquetas com especificação de data;
- Orienta-se o procedimento de uma **análise qualitativa do rol de etiquetas existente**, eliminando duplicidades e as etiquetas em desuso;
- Foi sugerido a criação de um **“Glossário de Etiquetas”**;
- Orienta-se a **criação de etiquetas com identificação**: 1- “GAB” as exclusivas do Gabinete 2- “UPJ” as exclusivas da Unidade de Processamento Judiciária;
- Além disso, a designação de **gestor para controlar o Glossário de Etiquetas**, e que dentro do possível, trabalhem com 02 (dois) folha de etiquetas e designe um gestor



- Orienta-se a equipe a buscar utilização da **automatização de etiqueta** (Workshop de PJe);
- Houve orientação sobre a **função “Consulta de Prazo”** do PJe para auxiliar na gestão de prazo, visto que as etiquetas com data são para controle de prazo (Workshop do PJe).

7.4. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJE COR n. 0002009-73.2.00.0814)

A Unidade respondeu com prejudicado, contudo no item 4.1 informou 116 processos suspenso e na ocasião da Inspeção foi detectado 154 processo suspenso.

Observação, Orientações e Recomendações da Corregedoria durante a inspeção:

- Orientou-se aos gestores que verifique a planilha de processos suspensos, disponível do Painel de Gestão Judiciária, a fim de consultá-los individualmente no PJE para verificar quais já se encontram em tramitação;
- Constatado o prosseguimento do feito, a **Secretaria deverá realizar o levantamento da suspensão utilizando os movimentos indicados na Nota Técnica do DPGE, anexa ao Ofício Circular 048/2022-CGJ, quais sejam: 1) movimentos específicos da hierarquia do código 14974 (Levantamento da causa suspensiva ou de sobrestamento); 2) quando o magistrado determinar expressamente o levantamento da suspensão, com consequente cumprimento pela secretaria (Código 12066);**
 - Além disso orienta-se que seja realizada uma análise qualitativa nos processos do PJe da Tarefa “Processo suspenso”, a fim de verificar se constam da lista de processos suspensos do PGJ; em caso negativo o processo deve ser concluso para que o **gabinete realize o cadastro do ato judicial com o código correto de suspensão no PJe (um dos movimentos da hierarquia 025 ou 11025;**
 - Orienta-se ainda, para que os processos **suspensos, sobrestados** e os **arquivados provisoriamente** sejam encaminhados corretamente para as Tarefas correspondentes no **Pje** a fim de dá mais transparência e realizar o efetivo controle na localização desses processos;
 - A Corregedoria orientou sobre a importância de utilizar os movimentos corretos no ato judicial que determina a suspensão, a fim de que os processos não caiam nos paralisados há mais de cem dias; bem como no levantamento da suspensão, pois do contrário interfere na produtividade do magistrado e índices da unidade, uma vez que a sentença e baixa processual nos processos suspensos não contabilizam.



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

levantamento da suspensão, pois do contrário interfere na produtividade do magistrado e índices da unidade, uma vez que a sentença e baixa processual nos processos suspensos não contabilizam.

RECOMENDA-SE a equipe:

- que a decisão/despacho de suspensão/sobrestamento seja cadastrada pelo gabinete utilizando um dos movimentos do código 025 (decisão) ou 11025 (despacho) da TPU.
- que o levantamento da suspensão seja realizado pela Secretaria da unidade, devendo utilizar os seguintes movimentos:
 - 1) 12066 – cumprimento de levantamento da suspensão (caso geral);
 - 2) 14974 – Levantamento da causa suspensiva ou de sobrestamento (casos específicos).

Figura13 – Orientação do DPGE s/ Mov. p/Suspensão de Processos

MOVIMENTOS QUE SUSPENDEM OU SOBRESTAM O PROCESSO	
Decisões Interlocutórias	Despachos
25 SUSPENSÃO OU SOBRESTAMENTO 272 A depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou declaração incidente 276 Execução frustrada 275 Força maior 12098 Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas 11792 Livramento Condicional 268 Morte ou perda da capacidade 14971 Por Ação de Controle Concentrado de Constitucionalidade 14970 Por Controvérsia 12100 Por decisão do Presidente do STF - SIRD 12099 Por decisão do Presidente do STJ - SIRD 14972 Por Decisão do Presidente do TST - SIRD 898 Por decisão judicial 14969 Por Grupo de Representativos 14968 Por Incidente de Assunção de Competência - IAC 14973 Por Recurso de Revista Repetitiva 12259 Prescrição intercorrente (art. 921, § 4º, CPC) 11975 Recurso Especial repetitivo 265 Recurso Extraordinário com repercussão geral 263 Réu revel citado por edital 264 Suspensão Condicional do Processo	11025 SUSPENSÃO OU SOBRESTAMENTO 11012 Conflito de Competência 11013 Convenção das Partes 11014 Convenção das Partes para Cumprimento Voluntário da obrigação 11016 Exceção da Verdade 11015 Exceção de Incompetência, suspeição ou Impedimento 11017 Incidente de Insanidade Mental 15009 Por Impedimento ou Suspeição 11018 Recebimento de Embargos à Execução

Figura14 – Orientação do DPGE s/Levantamento de Suspensão

MOVIMENTOS DE LEVANTAMENTO DE SUSPENSÃO E DESOBRESTAMENTO DO PROCESSO	
	Caso Geral 12066 Cumprimento de Levantamento da Suspensão
	Casos Específicos 14974 LEVANTAMENTO DA CAUSA SUSPENSIVA OU DE SOBRESTAMENTO 14982 Suspensão/Sobrestamento Determinada por Ação de Controle Concentrado de Constitucionalidade - STF 14981 Suspensão/Sobrestamento Determinada por Controvérsia 14977 Suspensão/Sobrestamento Determinada por Decisão do Presidente do STF - SIRD 14978 Suspensão/Sobrestamento Determinada por Decisão do Presidente do STJ - SIRD 14983 Suspensão/Sobrestamento Determinada por Decisão do Presidente do TST - SIRD 14980 Suspensão/Sobrestamento Determinada por Grupo de Representativos 14979 Suspensão/Sobrestamento Determinada por Incidente de Assunção de Competência - IAC 14984 Suspensão/Sobrestamento Determinada por Recurso de Revista Repetitivo 14985 Suspensão/Sobrestamento por Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas 14976 Suspensão/Sobrestamento por Recurso Especial Repetitivo 14975 Suspensão/Sobrestamento por Recurso Extraordinário com Repercussão Geral

7.5. Por amostragem, verifique se os bens apreendidos vinculados aos feitos em tramitação na Unidade foram devidamente cadastrados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos). Caso na data da Inspeção já se encontre disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, verifique, por amostragem, os cadastros realizados neste sistema, nos



termos da Resolução n. 483/CNJ-2022. (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências).

Em consulta ao sistema SNBA constatou-se que não havia bens apreendidos pela unidade.

Figura15 – Print do Sistema SNBA

O print do sistema SNBA apresenta o cabeçalho do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o título "Bens Apreendidos". O usuário logado é ELIANA CONCEIÇÃO VASQUES DA SILVA PEREIRA. O menu de navegação inclui "Principal", "Pesquisar", "Relatórios", "Contato", "Manual", "Voltar" e "Sair".

A seção "Pesquisar Bens" contém os seguintes campos de filtro:

- Tribunal de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará
- 1º GRAU - TJPA
- Comarca: SANTAREM
- Varas e Juizados Estaduais: 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTAREM
- Bem Apreendido: Todos
- Destinação do Bem: A Definir
- Descrição Complementar do Bem: (campo em branco)

Abotoões disponíveis: Pesquisar, Imprimir, Imprimir Detalhado.

Bem Apreendido	Tipo	Quantidade	Valor(R\$)	Núm. Processo
Nenhum Bem encontrado.				

Sistema Nacional de Bens Apreendidos - Conselho Nacional de Justiça

7.6. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?

734 notificações. Data da notificação mais antiga: 01/08/2023.

RECOMENDA-SE:

- leitura diária dos agrupadores para conhecimento, análise e movimentação das petições, habilitações, documentos não lidos, verificação dos mandados devolvidos pelos oficiais de justiça, apreciação dos pedidos de assistência judiciária gratuita e análise de prevenção.
- Bem como que faça leitura diária na aba "Expediente" para fazer controle dos mandados devolvidos pelos oficiais de justiça, bem como das comunicações expedidas, expedientes com prazo vencido e com leitura automática pelo sistema, lembrando de após a leitura retirar de destaque, haja vista que a saída não é automática;
- Foi apresentada à equipe o "Painel de Acompanhamento de Mandados", publicado no Site do TJPA, pelo Departamento de Estatística-DEGP, como outra ferramenta de controle dos mandados expedidos, sendo possível verificar no



painel os mandados cumpridos, pendentes e com prazo extrapolado.

RECOMENDA-SE:

- à Diretora de Secretaria que realize a cobrança dos mandados com prazo extrapolado, exceto prorrogado judicialmente, mediante ofício encaminhado à Central de Mandados.

7.7. Antes de proferir ato judicial, havendo indicação de peticionamento nos agrupadores, o gabinete adota rotina de clicar como lidos, contribuindo assim para melhor atualização do Processo Eletrônico?

Embora a Unidade tenha informado que quase sempre adota rotina de clicar como lidos, observou-se pela quantidade de pendências (734 notificações), que não há o habito de leitura dos documentos e nem a retirada de destaque da aba agrupadores.

RECOMENDA-SE:

- Foi reforçada a importância que após a leitura do documento e/ou movimentação do processo, seja retirada de destaque dos agrupadores, haja vista que a saída não é automática.
- Mesmo procedimento deve ser adotado para a aba “Expediente”.

7.8. Qual o quantitativo de despachos, decisões e sentenças que foram estabelecidas para os 3 meses seguintes a inspeção pela Corregedoria?

Não houve estipulação na última inspeção.

7.9. Por amostragem, com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, virtual ou híbrida, e se, no processo em que houve audiência não presencial constava pleito das partes ou do Ministério Público.

Mês de referência (outubro/2023) foram designadas:

61 Presencial; 16

Virtual e 07 Híbridas.

Presenciais: 61.

Virtuais: 16.

Híbridas: 7.

Foi observado pela equipe que as designações de audiências virtuais ou híbridas só acontece se pelo menos uma das partes for pessoa física, residir em outra comarca ou local de difícil acesso; ou a requerimento das partes. A atitude da Unidade recebeu elogio pois caracteriza a presença constata do magistrado no Fórum.

7.10. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?

A quantidade de audiência que estão pautadas é 22 (vinte e dois).

7.11. A pauta de audiência é inserida no PJE pelo gabinete?

A pauta de audiência é feita pelo Gabinete e o cadastro no PJe é feito pela UPJ-Cível.

7.12. Para qual data está pautada a audiência mais distante?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

28/05/2024. A Vara tem como meta marcar audiências para no máximo três meses, exceto quando envolve a necessidade de expedir carta precatória para comarca de difícil resposta, a exemplo de Manaus, quando são marcadas para quatro meses. Raramente são marcadas audiências em um prazo maior, em vista de necessidade do processo ou conveniência das partes.

A Pauta é compartilhada no Teams pela UPJ e Gabinete.

7.13. É solicitada designação de conciliador ou indicado CEJUSC para atuar junto à unidade em busca de conciliação?

Eventualmente os processos são enviados ao CEJUSC, em vista das limitações locais deste Centro. Foi relatado que o Magistrado realizada a maioria das audiências de conciliação, com alto índice de sucesso, o que reduz número de audiências de instrução.

7.14. Na hipótese de MANDADO URGENTE está sendo observado Provimento Conjunto nº 009/2019 – CJRMB/CJCI, que estabelece a necessidade de ordem judicial expressa para envio de mandado nessa modalidade à Central de Mandados?

A Unidade observa o Provimento Conjunto nº009/2019.

8. CORREIÇÃO ANUAL:

8.1. Data da última correição anual realizada na Unidade Judicial:

21.08 a 18.09.23.

8.2. Existem registros de recomendações na correição ordinária anterior realizada pela Corregedoria Geral? Quais?

Apresentar plano de ação para 2024. O magistrado tomou ciência em 10/11/23.

Determinações da CGJ de 2022 Pje Cor nº 0003742-40.2023.2.00.0814, em fase de cumprimento.

Gabinete:

- a. Incrementar a pauta de audiência, buscando a realização de audiências diariamente, realizando pelo menos **90 audiências por mês**, não permitindo alongamento da pauta para outros meses, salvo exceções devidamente justificada no próximo relatório de correição;
- b. Observar o Provimento nº 9/2022-CGJ, com relação a dispensa do mero cumpra-se relativo ao disposto no art. 109, §5º da LRP;
- c. Atuar nos processos que aguardam para consulta em um dos sistemas: SISBAJUD, INFOJUD, INFOSEG, RENAJUD;
- d. Apresentar plano de ação de 2024;
- e. Dar celeridade nos processos mais antigos identificados no item 14.4 do relatório de Correição;
- f. Atuar nos processos que apresentem valores depositados em conta, não permitindo paralisação por mais de 3 anos;
- g. Envidar esforços para julgamento de processos em vista alcance de Meta1 e 2



Nacionais em 2023, bem como a baixa processual.

Por fim, constatou-se que em parte dos senões encontrados, deve-se a falta de conhecimento da equipe quanto a operacionalização das tarefas do PJe. Diante da situação foi realizado Workshop sobre as dúvidas da equipe da vara sobre as tarefas do PJe. O evento foi administrado pela Técnica em Informática, lotada na CGJ.

Foto3- Sala da 4ª Vara Cível e Empresarial



Foto4- Sala da 4ª Vara Cível e Empresarial



Foto5- Encerramento da Inspeção



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**



Belém/PA, 19 de dezembro de 2023.

SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA
Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça

Eliana Conceição Vasques da Silva Pereira
Técnica da CGJ- CRC/PA 6034